

EXAME de DIREITO ADMINISTRATIVO DO AMBIENTE

MESTRADO EM PRÁTICA JURÍDICA

ANO LECTIVO 2025/2026

Dia 15 de Janeiro de 2026

GRELHA DE CORRECÇÃO

I. Resolva o seguinte caso, fundamentando as suas respostas:

- a) Necessita de promover avaliação de impacto ambiental, independentemente de se localizar em área protegida ou não?

Só se a isso for convidada pela Autoridade da AIA porque a actividade tem capacidade artesanal e só sofrerá AIA se por análise caso a caso (cfr. RAlA, artigo 1º/3, b) + Anexo II, 6.b)

- b) Caso haja cidadãos da cidade da Covilhã a pedir-lhe informações sobre os impactos da instalação na atmosfera local, é obrigada a fornecer-lhe tais dados?

Se requeressem à Autoridade de AIA ou licenciadora, sim – LADA; se directamente à empresa, não está obrigada a fornecer

- c) Podem os cidadãos em causa promover o embargo da obra, caso considerem que o estabelecimento poderá causar danos ao ambiente? Em que tribunal deverão desenvolver tal iniciativa?

O embargo é providencia cautelar judicial. Aqui, tratando-se de um litigio entre privados, seria junto dos tribunais comuns, por não ser uma relação jurídica administrativa

- d) Poderá uma Associação de defesa do ambiente local apresentar uma queixa à Agência Portuguesa do Ambiente caso as descargas de resíduos da fábrica sejam feitas para o rio que atravessa a povoação?

Sim, se ao abrigo do DL 147/2008 – mas para tal é necessário caracterizar os âmbitos de aplicação do diploma

Cada alínea vale **3 val.** (num total de **12 val**).

II. Responda **fundamentadamente** a duas das questões seguintes (**4 x 2 = 8 val**):

1. Qual o princípio que, em sua opinião, deve ser considerado mais relevante para o Direito do Ambiente?

2. Que relação tem a protecção do ambiente com a legitimidade popular?

Interesse difuso, metageracional – legitimidade aberta e altruista

3. Que vantagens tem a tutela contraordenacional do ambiente sobre a tutela penal?

Questão da mais valia das sanções acessórias

DURAÇÃO: 2 HORAS